



Número: **0800298-51.2017.8.15.1171**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA (AUTOR)		MAYARA MONIQUE PEREIRA QUEIROGA (ADVOGADO) JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8989357	02/08/2017 17:31	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
8989389	02/08/2017 17:31	<a href="#">1 Processo Administrativo1</a>	Documento de Comprovação
8989559	02/08/2017 17:31	<a href="#">2 Procuração, Declaração de Pobreza, Documentos Pessoais e Comprovante de Residencia</a>	Procuração
8989572	02/08/2017 17:31	<a href="#">3 Documento do Veículo1</a>	Documento de Comprovação
8989582	02/08/2017 17:31	<a href="#">4 Boletim de Ocorrencia1</a>	Documento de Comprovação
8989920	02/08/2017 17:31	<a href="#">5 Documentos Médicos</a>	Documento de Comprovação
11943593	19/12/2017 17:58	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
13390142	04/04/2018 09:03	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
13429530	05/04/2018 15:08	<a href="#">Petição juntada de requerimento adm.</a>	Petição
13429623	05/04/2018 15:08	<a href="#">FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA</a>	Documento de Comprovação
17426846	26/10/2018 12:12	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
21942177	11/06/2019 21:54	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
22434732	03/07/2019 16:40	<a href="#">Apelação</a>	Apelação
22434733	03/07/2019 16:40	<a href="#">APELAÇÃO FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA sentença por falta de requerimento administrativ</a>	Apelação
27787382	29/01/2020 11:49	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
27787383	29/01/2020 11:49	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PAULISTA – PB.**

**FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 043.805.314-14 e no RG sob o nº 2.999.173 SSP/PB, residente e domiciliado no Sítio Barro Branco, s/n, Zona Rural, Paulista – PB, por meio de seu procurador e advogado que este subscreve, ***Bel. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984***, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA**

#### **DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

#### **1. DOS FATOS**

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 14 de janeiro de 2016, conforme consta no Boletim de Ocorrência em anexo.

Do malsinado acidente o promovente sofreu **FRATURA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, CONFORME CID 10 S82.4 (fratura do perônio - fíbula) E ESCORIAÇÕES AO LONGO DE TODO O CORPO**, tendo o promovente sido submetido ao procedimento conservador, e, mesmo após o tratamento, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento **DAS FORTES DORES SOFRIDAS, CANSAÇO, DORMÊNCIA, BLOQUEIO E RIGIDEZ NAS ARTICULAÇÕES DO PÉ E TORNOZELO DO REFERIDO MEMBRO, O QUE TEM GERADO LIMITAÇÃO NA AMPLITUDE DO MOVIMENTO DA PERNA E DIFICULDADE PARA DEAMBULAR, AGACHAR E EXECUTAR ATIVIDADES QUE EXIJAM ESFORÇO FÍSICO MODERADO.**



Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, a promovente sofreu lesões de caráter grave, **debilidade permanente do membro inferior direito**, fazendo jus à indenização em seu grau máximo, que corresponde à importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

-

Acontece Excelência, que a vítima pleiteou o pagamento da indenização por via administrativa. Esclarece-se que toda a documentação exigida foi enviada, gerado o número de **PROCESSO 18278**, no entanto, não fora gerado o número do Sinistro devido a pendência em relação a “declaração do proprietário do veículo”. Acontece que tal pendência não pode ser sanada, uma vez que não se sabe o paradeiro do proprietário do veículo. Isso já fora informado a Promovida, todavia, a mesma se nega a dar continuidade ao processo administrativo.

Diante de tamanha injustiça, vem buscar o judiciário para ver acolhida sua pretensão.

-

## **2. DO DIREITO**

### **I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez permanente, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, *in verbis*:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito a promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.



As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do IML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA** - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015). (Grifei)

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA** - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014). (Grifei)

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. **AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL.** SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)



## II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"**.

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do **TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:**

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO SINISTRO - A correção monetária, nos casos de pagamento de indenização do seguro DPVAT, incide a partir da data do sinistro. (TJ-MG - AC: 10702100413476001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 05/06/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/06/2014)

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

## 3. DOS PEDIDOS

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

a) a **citação promovida** no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão.

b) seja a ação **julgada procedente**, para condenar a promovida ao pagamento da indenização em **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora e correção monetária.

c) a **inversão do ônus da prova**, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;



d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios e demais emolumentos legais.

**Requer que seja dispensada a designação da audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.**

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Pombal – PB, 02 de Agosto de 2017.

**Bel. JAQUES RAMOS WANDERLEY**

- OAB/PB 11.984 –

**Bel. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY**

- OAB/PB 18.791-





Processo: 18278 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: aguardando - Nome: FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA

Data	Descrição	Usuário
12/05/2016 15:16	PRÉ-CADASTRO NÃO ANALISADO	Poliana Weidle
27/05/2016 13:14	PRÉ-CADASTRO COM RESTRIÇÕES: APRESENTAR DECLARACAO DO PROPRIETARIO DO VEICULO	Michelle Poletti

Imprimir Andamentos



## PROCURAÇÃO PARTICULAR

<b>OUTORGANTE:</b>	<u>FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no RG nº 2.999.173 - SSP/PB e no CPF nº 043.805.314 - 14, residente e domiciliado no Sítio Barro Branco, s/n, Zona Rural, na cidade de Paulista, estado da Paraíba.</u>
<b>OUTORGADO:</b>	<u>Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY, brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; Drª. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY, brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal - PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)</u>

### **PODERES:**

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia - Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula "ad judicium", mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

**Pombal - PB, 14 de abril de 2016.**

Flavio Alexandre da Silva

**Outorgante**





### **DECLARAÇÃO DE POBREZA**

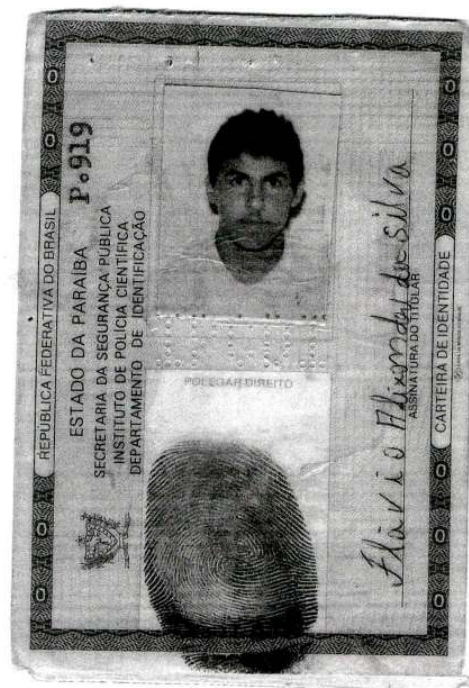
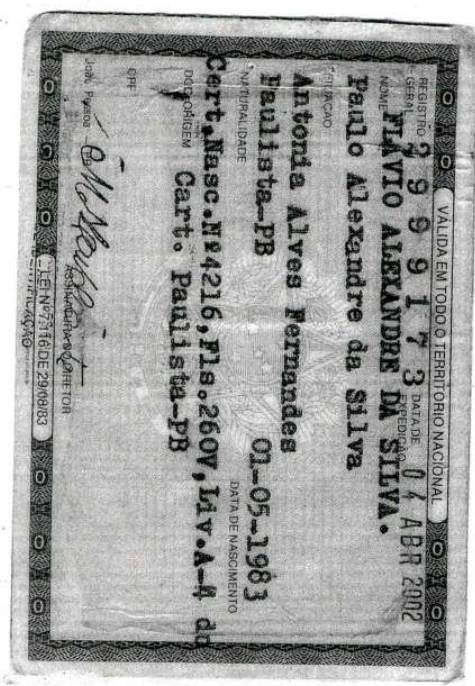
**FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, com RG: 2.999.173 SSP/PB e CPF: 043.805.314-14, residente e domiciliado no Sítio Barro Branco, s/n, zona rural, Paulista – PB, desejando obter os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 01 de NOVEMBRO de 2016.

Flávio Alexandre da Silva  
DECLARANTE





FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA  
SIT BARRO BRANCO, S/N - ÁREA RURAL  
PAULISTA/PB CEP: 58860000 (AG: 237)

Classe/Subclasse: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFÁSICO, Br/230, Km 25 - Cristo Redentor, João Pessoa/PB - CEP: 58071-680  
Roteiro: 14 - 242 - 787 - 1818 Referência: Mar / 2016  
Nº medidor: 00008354584 Emissão: 23/03/2016

ENERGISA PARAIBA: DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº001.045.989  
Código para Débito Automático: 0001688819

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 053 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a UC (Unidade Consumidora): 5/1588801-9

Mar / 2016 Canal de contato

Apresentação

23/03/2016

Data prevista da próxima leitura

25/04/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

4380531414

Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ  
O DIA 18/03/2016 PAGAS:  
OBRIGADO!

Histórico de Consumo  
(kWh)

Fev/16 48  
Jan/16 48  
Dez/15 47  
Nov/15 40  
Out/15 51  
Set/15 56  
Ago/15 51  
Jul/15 38  
Jun/15 46  
Mai/15 41  
Abr/15 62  
Mar/15 42

Média dos últimos meses  
48 kWh

RESERVAÇÃO AO FISCO

eec2.cc52.4b5d.aa6d.41ed.ca6b.9e0c.db27.

Indicadores de Qualidade 1/2016 - Paulista

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 11,90	1,87	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 23,89		
DIC ANUAL 47,79		
FIC MENSAL 7,70	1,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL 15,49		LIMITE INFERIOR 202
FIC ANUAL 30,98		LIMITE SUPERIOR 231
DMIC 8,59	1,87	
DMIC 18,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	4,88	33,48
Compra de Energia	6,57	47,18
Serviço de Transmissão	0,37	2,86
Encargos Setoriais	1,48	10,62
Impostos Diretos e Encargos	0,05	0,10
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13,33</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 1/2016) R\$ 7,46

VENCIMENTO

31/03/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 10,17



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 02/08/2017 11:15:30

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17080211050473300000008798542

Número do documento: 17080211050473300000008798542



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETTRAN - PB Nº 9301868755 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
VIA 1	OGG RENAVAM 78483175-0 2012
NOME: FRANCISCO VENANCIO FILHO	
PLACA: MNH8126/PB	29899303453
NOVO	PB 9C2JC30102R238434
ESPECIE: PAS/MOTOCICLETA	COMBUSTIVEL: GASOLINA
MARCA/MODELO: HONDA/CC 125 TITAN	ANO F.B. 2002 ANO MOD. 2002
CAP. POT. / CL. 2 P/124 / CI	CATEGORIA: PARTIC
COR PREDOMINANTE: AZUL	
COTA UNICA: IPVA ISENTO 00/00/0000	VENC. COTA UNICA: 1
FAIXA / PVA: 0	PARCELAMENTO / COTAS: 2
PV A ***** 0	3
PREMIO TARIFARIO (R\$): 0,00	IOF (R\$): 0,00
PREMIO TOTAL (R\$): 0,00	DATA DE PAGAMENTO: 09/06/2012
OBSERVAÇÕES: REST. BEN. TRIBUTARIO	
NAO VALIDO PARA TRANSITO	
PAULISTO	12475

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT	
PB Nº 9301868755 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
3432-0831363-30150104	
FRANCISCO VENANCIO FILHO	
CPF / CNPJ: 29899303453	PLACA: MNH8126/PB
5005 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
2012-04/07/2012	
PB Nº 9301868755 HONDA/CC 125 TITAN	
VIA 1	OGG RENAVAM 78483175-0 2012
FRANCISCO VENANCIO FILHO	PLACA: MNH8126/PB
RENAVAM: 784831750	MARCA/MODELO: HONDA/CC 125 TITAN
ANO F.B. 2002	ANO MOD. 2002
CHASSI: 9C2JC30102R238434	CHASSI: 9C2JC30102R238434
PREMIO TOTAL (R\$): 0,00	CUSTO DO SEGURO (R\$): 0,00
CUSTO DO BILHETE (R\$): 0,00	IOF (R\$): 0,00
***** SEGURO P.A.C.O.	
COTA UNICA	PARCELADO
Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro DPVAT S/A	
CNPJ: 03.248.628/0001-03	
12475-0927243-2240704	



Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 02/08/2017 11:15:33

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17080211051973500000008798555

Número do documento: 17080211051973500000008798555

Secretaria da  
Segurança e da Defesa Social  
Delegacia Geral de Polícia  
3ª Delegacia Regional de Polícia Civil  
18ª Delegacia Seccional de Polícia  
Delegacia de São Bento  
Fone (83) 3444-2804 Disque Denúncia 197



GOVERNO  
DA PARAÍBA



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 254/2016**

Natureza da ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**  
Data do fato: **14/01/2016** hora: **13:00 HRS**

Notificante: **FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, alcunha " ",  
Nacionalidade: brasileira, agricultor, naturalidade: Paulista-PB,  
nascido em 01/05/1983, documento: RG 2999173 SSP-PB, filho(a) de  
Paulo Alexandre da Silva e de Antonia Alves Fernandes, endereço:  
Sítio Barro Branco, zona rural, Paulista-PB, referência:  
FONE: 83.9.9938.0368.

Sob a responsabilidade do(a) Bel(a): Anderson Fontes Campos

Vítima: , alcunha " ", Nacionalidade: ,  
naturalidade: , idade: \*\*, nascido em  
/ / , cor/raça: \*\*\*\*\*, Estado Civil: \*\*\*\*\*,  
Profissão: , Escolaridade: \*\*\*\*\*, documento: ,  
filiação: e de , endereço: \*\*\*\*\* , referência:  
. Tel/Cel:( ) ;

**HISTORICO DO FATO**

O(a) notificante, após cientificado(a) das penalidades cominadas  
ao Art. 299 do CPB, declarou o SEGUINTE: Que na data de 14/01/2016  
por volta das 13:00 hrs, o noticiante pilotava a moto Honda CG 125  
Titan KS, 2002/2002, chassi 9C2JC30102R238434, placa MNH-8126  
licenciada em nome de Francisco Venancio Filho, quando ao chegar  
em casa foi subir com a moto em uma rampa, perdeu o controle da  
mesma e caiu, com todo o peso da motocicleta por cima da perna  
direita; Que comunica o fato para acionar o seguro DPVAT. Nada mais  
a consignar.

São Bento, 29 de Março de 2016. Às 14:30 horas.

*Flavio Alexandre da Silva*

☒ Notificante

☐ Testemunha Arrogada

*Pedro*  
Assinatura do Policial responsável pelo registro  
Pedro Terceiro de Carvalho Amorim  
Matrícula: 168.203-2

POLEGAR DIREITO











HOSPITAL REGIONAL DE PATOS  
RUA HORACIO NOBREGA, S/N  
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuario: 59485

Data/Hora 14/1/2016 17:57:36

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Servidor do Dr.:

Paciente: FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA

Idade: 32 Sexo M

Filiação:

Pai: PAULO ALEXANDRE DA SILVA  
Mãe: ANTONIA ALVES FERNANDES

Endereço:

Cidade: PAULISTA - PB - 58860-000 - 2510907  
Endereço: SÍTIO BARRO BRANCO  
Bairro: ZONA RURAL  
Naturalidade: PAULISTA - PB  
Fone: (83)99938-0368

N.:

Documentos:

CNS: 700-3099-0086-8830  
Identidade: 2999173 SSPPB  
CPF:  
Reg. Nasc.:

Informações adicionais:

Nascimento: 1/5/1983  
Cor: PARDA  
Estado Civil: CASADO(A)  
Profissão: ELETRICISTA

Responsável: *X. Alexandre Fernando da Silva*

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*Último ou antes de lesão*

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

*Do + GAE Mo + GEFOR M. M. P. P. P. P.*

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

*~ P. P. P. P. P. P.*

Diagnóstico:

*F. P. P. P. P. P.*

Motivo da Alta:

Resultado: ( ) Saneado ( ) Melhorado ( ) Falecido ( ) Transferido Em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recepcionista: Marta

*Recebi  
Amo 11.*





**H.R.P.**  
HOSPITAL REGIONAL DE PATOS  
DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO  
GOVERNO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO

**SUS**  Sistema  
Único  
de Saúde

### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins, a pedido do(a)  
Sr.(a) Flavio Alexandre de Jesus portador(a) da  
identidade RG. \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi  
atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S824, devendo permanecer  
afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 90  
(noventa) dias, a partir desta data.

Patos-PB, 14/01/16

Stênio G. W. Araújo  
CRM 1389 - CBO 33145  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE 2ª VIA ANEXAR AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

CNPJ 08.778.268/0001-60  
RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BAIRRO BELO HORIZONTE  
PATOS - PARAÍBA







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Paulista**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800298-51.2017.8.15.1171

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de Procedimento ordinário, cuja inicial veio desacompanhada de resposta da Seguradora Líder quanto ao pedido da indenização via administrativa.

Tendo em vista a Repercussão Geral julgada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 631.240, adotada para o casos de DPVAT nos RE 839.314/MA e RE 839353/MA, em que se exige prévio requerimento administrativo como requisito para demonstrar o interesse de agir, **intime-se o autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias**, emendar e completar a petição inicial, devendo juntar cópia do comprovante de prévio requerimento administrativo com a negativa do INSS, em sendo o caso, a fim de comprovar seu interesse de agir, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art.485, inc. I do NCPC.

Providências necessárias.

PAULISTA, 19 de dezembro de 2017.

Juiz(a) de Direito







TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE PAULISTA**  
Fórum Leandro Gomes de Barros  
Rodovia PB 293, Centro, Paulista/PB, Tel.: (0\*\*)83 3445-1183

## CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

<b>P R O C E D I M E N T O</b>	<b>C O M U M</b>	<b>( 7 )</b>
<b>[ S E G U R O ]</b>		
<b>Processo</b>	<b>n.º</b>	<b>0800298-51.2017.8.15.1171</b>
<b>AUTOR:</b>	<b>FLAVIO</b>	<b>ALEXANDRE</b>
<b>RÉU:</b>	<b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A</b>	<b>DA SILVA</b>

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do Vara Única de Paulista, fica Vossa Senhoria devidamente **INTIMADO(A)** do despacho de ID 11943593.

Paulista-PB, 4 de abril de 2018.

**ALINE DOS SANTOS CABRAL**  
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULISTA, PARAÍBA.**

*Processo nº 0800298-51.2017.8.15.1171*

**FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, já qualificado nos autos do presente processo que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, por meio do seu bastante advogado **EXPOR e REQUERER** o que segue.

MM. Juiz(a), o autor apenas possui acesso ao estado do requerimento administrativo através da consulta já juntada nos autos, que é realizada diretamente no sistema e na qual consta apenas a situação do requerimento administrativo no momento da consulta, como pode ser extraído da comparação entre a consulta juntada com a inicial (ID 8989389) **e a juntada com esta petição**. Isto se dá em todas as solicitações realizadas diretamente junto a seguradora líder.

Ressalte-se que todo o requerimento administrativo fica de posse da seguradora, não tendo acesso ao AUTOR.

Ademais, a seguradora líder fez mudanças no sistema que tem impossibilitado de gerar o nº do SINISTRO.

*No entanto, o documento juntado já comprova a solicitação administrativa desde 12/05/2016, meses após a data do acidente.* Demais informações podem ser prestadas pela própria requerida, através de intimação para realizar juntada do processo administrativo se assim V. Exma. entender pela necessidade.

Termos em que, pede deferimento.  
Pombal, Paraíba, 04 de Abril de 2018.

**Dr. Jaques Ramos Wanderley**

**Dr.ª Patrícia Rebeca Souza Freitas**

OAB/PB 11.984

OAB/PB 24.064



05/04/2018

Singular Dpvt

Sinistro / Acidente

Vítima

Requerente

Andamentos


**Processo: 18278 - Natureza: INVALIDEZ - Sinistro: aguardando - Nome:**

Data	Descrição	Usuário
12/05/2016 15:16:44	PRE-CADASTRO NOO ANALISADO	POLIANA WEIDLE
27/05/2016 13:14:07	PRE-CADASTRO COM RESTRICOES: APRESENTAR DECLARACAO DO PROPRIETARIO DO VEICULO	MICHELLE POLETTI



05/04/2018

Singular Dpvt

Processo	Sinistro	ASL	Natureza	Vítima	Status	Pesquisar
18278	aguardando		INVALIDEZ	FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA	PRE-CADASTRO COM RESTRICOES	





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Paulista**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800298-51.2017.8.15.1171  
AUTOR: FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**SENTENÇA**

**FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, qualificado nos autos, por meio de advogado devidamente habilitado, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**, também qualificada, alegando, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito que lhe causou debilidade permanente. Pedia condenação da ré no pagamento do seguro obrigatório DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigido desde a data do fato.

Juntou documentos.

Instado a emendar a inicial e comprovar a existência de prévio requerimento administrativo e respectivo indeferimento, o autor peticionou informando que não teve acesso ao pedido de indenização que fica na posse da seguradora (id. 13429530) e que a solicitação administrativa está pendente desde 12/05/2016 (id. 13429623).

**É o relatório. Decido.**

Compulsando os autos, verifico a existência de obstáculo intransponível ao processamento do feito, pois a relação processual declinada na peça vestibular não possui um dos pressupostos de admissibilidade exigíveis para o provimento jurisdicional buscado que é o interesse de agir ou interesse processual, o qual encontra embasamento na necessidade do ajuizamento da demanda na esfera jurídica para reclamar alguma providência ou tutela a algum direito.

Com efeito, o provimento almejado é adequado e útil, entretanto, não se revela necessário.

Como se sabe, a necessidade de prévio requerimento administrativo é condição para o acesso ao Poder Judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT, sem o qual não existe a necessidade do processo judicial. E mais, não basta que a parte tenha protocolizado pedido junto à seguradora mas que comprove o indeferimento do pedido na via administrativa.



É cediço que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento dos Recursos Extraordinários nº 839.314 e 824.704 passou a entender que, não obstante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, em casos de cobrança de seguro DPVAT, é imprescindível o prévio requerimento administrativo e, por consequência, a recusa da seguradora, para que se configure o interesse de agir, o que, frise-se, não se confunde com esgotamento das vias administrativas.

No presente caso, o que se observa é que a parte autora não comprovou ter realizado qualquer pedido administrativo junto à ré, notadamente porque o requerimento, quando feito, recebe um número de protocolo que permite acompanhamento "online" pelo interessado. Pelo contrário, o autor revelou ter feito pedido em 12/05/2016 junto à "Singular DPVAT" que é uma empresa intermediadora do pedido de indenização e não uma seguradora integrante do consórcio do DPVAT. Tal fato, impede o prosseguimento deste feito, especialmente porque concedido prazo para a emenda à petição inicial que não foi atendida.

Ante o exposto, considerando o contexto processual encartado, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**e, por consequência, **JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM EXAME DE MÉRITO**, com base no art. 330, III c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora nas custas processuais, cuja exigibilidade resta suspensa em virtude da gratuidade processual que ora defiro.

Sem honorários advocatícios, porque sequer foi formada a relação jurídica processual.

Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo, independentemente de nova conclusão.

Publicado e registrado eletronicamente. Intime-se.

Paulista-PB, 26de outubro de 2018.

**Natan Figueredo Oliveira**

Juiz de Direito









TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
**COMARCA DE PAULISTA**  
Fórum Leandro Gomes de Barros  
Rodovia PB 293, Centro, Paulista/PB, Tel.: (0\*\*)83 3445-1183

## **CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO (SENTENÇA)**

<b>PROCEDIMENTO</b> [ S E G U R O ] <b>Processo</b> <b>AUTOR:</b>	<b>COMUM</b> <b>nº</b>	<b>CÍVEL</b> <b>DA</b>	<b>(7)</b> <b>0800298-51.2017.8.15.1171</b> <b>SILVA</b>
--	---------------------------	---------------------------	--

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única de Paulista, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) devidamente INTIMADO(A)(S) da sentença de ID. [17426846](#).

Paulista-PB, 11 de junho de 2019.

**SALEIDE ESTRELA PORDEUS SILVESTRE**  
Técnica Judiciária



**EM ANEXO**



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PAULISTA, ESTADO DA PARAÍBA.**

**FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, processo n°. **0800298-51.2017.8.15.1171**, que move em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem, perante Vossa Excelência, através de seu advogado, impetrar:

**RECURSO DE APELAÇÃO COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Contra a decisão monocrática que **julgou extinto o processo**, por indeferimento da Petição inicial, requerendo desde já o regular processamento das razões em anexo, a fim de que, seja remetido os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, para melhor análise dos fatos e provas, reformando-se a r. sentença.

Informa o AUTOR que está demandando sob o pálio da Justiça Gratuita (*conforme Sentenciado pelo magistrado a quo*) a qual novamente requer, razão pela qual deixa de juntar comprovante de pagamento de custas recursais.

Termos em que, Pede Deferimento.

Pombal, Paraíba, 03 de Junho de 2019.

**Dr. Jaques Ramos Wanderley**  
- OAB/PB 11.984 -

**Dr.<sup>a</sup> Mayara Queiroga Wanderley**  
- OAB/PB 18.791—

***Dr.<sup>a</sup> Patrícia Rebeca Souza Freitas***  
OAB/PB 24.064



**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**EMÉRITO RELATOR**

**ÍNCITO PROCURADOR**

**CULTOS JULGADORES**

AÇÃO DE COBRANÇA

RECORRENTE: **FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA**

RECORRIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
S/A

PROCESSO: 0800298-51.2017.8.15.1171

**RAZÕES DO RECURSO**

**DA TEMPESTIVIDADE**

D. Juízo, inicialmente, insta aclarar a tempestividade do presente recurso.

A r. sentença, aqui atacada, foi registrada ciência no Pje o dia 12/06/2019 (quarta-feira), iniciando-se o prazo para interpor o recurso apelatório em 13/06/2019 (quinta-feira). Expira-se o prazo em 05/07/2019 (sexta-feira), em detrimento dos feriados do dia 21/06/2019 (Corpus Christ) e dia 24/06/2019 (Dia de São João), consoante dispõe o art. 224 c/c o art. 1.010 do CPC/2015.

**PRELIMINARMENTE**  
**DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Inicialmente, pretendem os autores que o magistrado exerça sobre essa sentença juízo de reconsideração.

Isto porque, conforme narrado a seguir, a sentença precipitou-se em extinguir o processo sem que tivesse sido oportunizada a parte autora a produção das provas necessárias ao esclarecimento do fato, assim como pela falta de intimação da promovida para que a mesma juntasse aos autos o procedimento administrativo, tendo em vista a parte autora tratar-se de parte hipossuficiente na presente ação.

Depreende-se dos autos que houve o prévio requerimento administrativo, todavia a parte autora não possui acesso ao mesmo, apenas ao número de um processo que não possui acesso. Conforme relatado no decorrer do presente recurso, que restará demonstrado que o processo não encontrava-se maduro para julgamento.

**Por tal motivo, requer a este juízo, que o mesmo reconsidere-se da decisão, retornando o processo a fase instrutória, oportunizando a produção de provas, como medida de celeridade processual e da mais serena justiça.**



## I. SINOPSE FÁTICA

O Recorrente ingressou com a presente ação, pleiteando receber indenização referente ao seguro obrigatório– DPVAT, que faz jus, em decorrência de acidente de trânsito ocorrido no dia 14 de janeiro de 2016, que ocasionou FRATURA NO MEMBRO INFERIOR DIREITO, CONFORME CID 10 S82.4 (fratura do perônio - fíbula) E ESCORIAÇÕES AO LONGO DE TODO O CORPO.

Mesmo o promovente tendo sido submetido ao procedimento conservador, e, ao tratamento, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento das fortes dores sofridas, cansaço, dormência, bloqueio e rigidez nas articulações do pé e tornozelo do referido membro, o que tem gerado limitação na amplitude do movimento da perna e dificuldade para deambular, agachar e executar atividades que exijam esforço físico moderado.

Apesar de devidamente instruído, o MM. Juiz determinou que o Recorrente juntasse aos autos comprovante de requerimento administrativo prévio realizado junto a Seguradora Ré, que por sua vez, já havia sido anexado a exordial, todavia passou a anexar novamente conforme a petição (*id* 13429530).

Conforme explicado na petição (*id* 13429530) *que cumpriu o despacho proferido pelo magistrado nos autos (id 11943593) o requerimento administrativo foi realizado há 03 anos, com o número processo administrativo nº 18278.*

Na oportunidade, o autor enviou toda documentação exigida, laudos e exames médicos, inclusive a **autorização de pagamento** devidamente preenchida com os dados bancários, e mesmo assim a seguradora insiste em gerar pendência solicitando o mesmo documento já enviado.

Ressalte-se que o autor **tentou por inúmeras vezes** resolver tal situação via telefonia, **não conseguindo sequer informações sólidas sobre o andamento de seu processo**. Por esta razão, o autor viu a necessidade de resolver judicialmente, tendo em vista que nem mesmo o número do SINISTRO foi gerado em quase três anos de tentativas frustradas, se baseando que existia pendência documental, estas que encontravam-se em anexo ao processo administrativo, e encontram-se em anexo aos autos do processo, comprovando o nexo causal e as lesões sofridas pelo autor.

Ocorre que, apesar do Recorrente justificar o ocorrido, TEMPESTIVAMENTE, o Ilustre Magistrado não acatou, bem como **julgou EXTINTO o processo** alegando inexistência de interesse processual.

Inconformados com a INJUSTA decisão, pugnamos pela REFORMA através do presente recurso.

## II. NO MÉRITO: MOTIVOS QUE CORROBORAM PARA REFORMA DA SENTENÇA

Nobres Magistrados, a sentença merece reforma, uma vez que o douto magistrado não apreciou corretamente as provas dos autos.



Como se pode constatar, o Recorrente antes do ajuizamento da ação, requereu administrativamente junto a Recorrida o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, como se faz constar nas provas dos autos, o qual gerou à época o nº do processo **PROCESSO: 18278** demonstrando que **o pedido fora formalmente realizado**, não havendo o que se falar em falta de interesse de agir.

Cumpre ressaltar que a entrada administrativa deu-se em 12/05/2016, e dias depois, em 27/05/2016 a Seguradora alegou pendência documental, qual seja, a falta da *declaração do proprietário do veículo*, contudo o Recorrente tentou inúmeras vezes entrar em contato com a recorrida para explicar a situação, todavia, a mesma insistiu em dificultar a continuação do processo e, conseqüentemente, o pagamento da indenização.

Constata-se, pois, que o Recorrente **mesmo tratando-se de parte hipossuficiente na presente ação**, juntou aos autos toda a documentação a qual o mesmo tinha acesso, inclusive a documentação requerida pelo juízo *a quo*, o qual comprova que a entrada administrativa é previa ao ajuizamento da presente ação.

Cumpre ressaltar que houve tentativas recentes de acesso ao estado que encontra-se o procedimento administrativo, porém todas restaram-se infrutíferas mesmo com todos os dados da parte autora que o site requer (conforme prints das telas a seguir):

☐ Com número de sinistro ☒ Sem número de sinistro

**Em caso de consulta sem número de sinistro, o beneficiário não poderá consultar mais de um processo por vez.**

CPF do beneficiário ou do representante legal:

04380531414

Cobertura

Invalidez Permanente ▼

Data do Acidente

14/01/2016

Nascimento da Vítima

01/05/1983



Verifique os dados digitados e repita a consulta.

E mesmo com o ÚNICO número do processo que o autor tem conhecimento não consegue-se ser realizada a consulta necessária.



**Em caso de consulta sem número de sinistro, o beneficiário não poderá consultar mais de um processo por vez.**

Número do sinistro:	CPF do beneficiário ou do representante legal:	
<input type="text" value="18278"/>	<input type="text" value="04380531414"/>	<input type="button" value="+"/>
<input type="button" value="Q"/>		

[Nova Consulta](#)

**Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.**

Frise-se Nobres Julgadores, que o promovente requereu administrativamente a indenização referente ao seguro DPVAT, porém diante da certeza de que seu pedido não seria atendido em virtude da demasiada demora e não cumprimento dos prazos, assim como pelas diversas tentativas de contato via telefonia, ou até mesmo de acesso pelo site, todas restaram-se infrutíferas.

Diante disso, em 02/08/2017 (data do protocolo da ação), viu-se a necessidade de buscar o poder judiciário, tendo em vista que administrativamente percebeu-se a impossibilidade de ver o seu pedido deferido, ou sequer analisado.

**Assim, espera-se que seja a sentença anulada na sua totalidade.**

## **II.1 DA NÃO NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

Ainda que não houvesse o pedido administrativo, o que não ocorreu, como restou comprovado, segundo a jurisprudência pátria, inexistente a necessidade de provocação da esfera administrativa para somente após propor ação judicial, tendo nossos Tribunais consolidado jurisprudência neste sentido.

Neste prisma, cite-se as recentíssimas ementas do TJPB:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PRÉVIO**





REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. CARÊNCIA DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IRRESIGNAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DESTE TRIBUNAL. ANULAÇÃO DA DECISÃO. BAIXA DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DO ART. 557, §1-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO DA SÚPLICA. - Não se pode exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Além disso, resta comprovada a existência de uma pretensão resistida se a ré não efetua o pagamento do seguro após a citação. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00218980420148152001, - Não possui -, Relator DES JOSE RICARDO PORTO, j. em 03-11-2014)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. INDEFERIMENTO DA INICIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. DESNECESSIDADE DE JUNTADA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESACERTO DA SENTENÇA TERMINATIVA. ANULAÇÃO DA DECISÃO. PROVIMENTO DO RECURSO. - De acordo com o art. 321, do Código de Processo Civil, se o petição inicial não preencher os requisitos do art. 319 e 320 ou que apresente defeito ou irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, o juiz deve oportunizar ao autor a emenda à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o promovente, mesmo sendo intimado para tanto, descumprir a diligência, o magistrado indeferirá a petição inicial. - Constata-se claramente que houve uma falta de razoabilidade na extinção do feito sem resolução meritória. Isso porque, como relatado acima, o autor indicou as razões de fato e de direito do pedido de indenização do seguro DPVAT, sendo irrazoável a determinação de juntada de processo administrativo em poder da seguradora, ainda mais quando se trata de complementação do seguro.

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00035239220148150371, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 27-03-2018)

Eclético Relator, este Egrégio Tribunal firmou entendimento pacífico de que não há na lei dispositivo que obrigue ao beneficiário do seguro DPVAT o dever de postular o pagamento na esfera administrativa, devendo pois ser anulada a sentença que extinguiu o processo sem resolução do mérito.



O grau de invalidez, as lesões e suas extensões restaram demonstrados. Os documentos apresentados são suficientes a comprovação do sinistro, nexos causal e dano decorrente, afigurando-se desnecessária qualquer outra forma de prova.

Nestes termos, observe-se a ampla jurisprudência que corrobora com os pedidos da Recorrente:

**EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, INCLUSIVE DO LAUDO PERICIAL - INEXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO COM A INICIAL - PEDIDO CERTO E DETERMINADO - REQUISITOS DO ART. 282, DO CPC - PRESENÇA - INTIMAÇÃO PARA EMENDA DESNECESSÁRIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO VERIFICAÇÃO** - SENTENÇA TERMINATIVA CASSADA - RECURSO PROVIDO. - Se a inicial atende todos os requisitos do art. 282 do CPC, **mostra-se desnecessária a ordem para sua emenda**, não sendo necessária sua complementação com documentos só exigíveis para o pedido administrativo, ou mesmo do dossiê administrativo. - O grau de invalidez pode ser aferido durante a instrução processual, não se justificando o indeferimento da petição inicial, nem a determinação de emenda, se instruída a inicial com documentos suficientes para o ajuizamento da ação. - Recurso provido. Sentença cassada. (TJ-MG - AC: 10433140064026001 MG, Relator: Márcia De Paoli Balbino, Data de Julgamento: 14/08/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/08/2014)

Vejamos ainda:

**AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO - AUSÊNCIA DE CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA** - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de cópia do processo administrativo, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento. - Não se pode falar em desatendimento da norma do art. 282, III, do CPC se a parte autora relata na inicial o fato e os fundamentos jurídicos do pedido. (TJ-MG - AC: 10393150002698001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 11/08/2016, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/08/2016)

Sendo assim e tomando por base o ensinamento recente de nossos Tribunais Pátrios, temos que A DECISÃO DO MM. JUIZ PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO,



FOI POR DEMAIS INJUSTA, posto que a documentação acostada aos autos restou cabalmente comprovada as alegações do Recorrente.

Logo, toda documentação presente nos autos é suficiente para a que os cultos Julgadores constatem que o Recorrente sofreu **lesões de caráter gravíssimo e deu entrada junto a seguradora Ré, porém não recebeu o valor devido, e seu pedido foi sequer analisado até o corrente ano**, por tal motivo, faz jus a indenização do Seguro DPVAT, a qual por razões alheias não veio a ser analisada com o cuidado devido pelo **Douto Magistrado, que não deu a devida importância ao sofrimento que até hoje se perfaz na vida cotidiana do Recorrente pelas sequelas deixadas pelo sinistro, se prendendo a um motivo insignificante para extinguir o feito, sem a análise das provas existentes.**

Por isso, confiante nos argumentos e fundamentos jurídicos declinados acima, espera o Recorrente que seja feita justiça, reconhecendo-lhe o sacramentado direito a indenização do seguro obrigatório conforme estabelecido na Lei 6.194/74.

## **II.2 – DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E DA ECONOMIA PROCESSUAL**

O princípio da economia processual é a busca constante do resultado útil do processo (julgamento de mérito), com o dispêndio de um esforço mínimo processual. Assim, o princípio da economia processual ou da economicidade repele a prática de atos desnecessários e inúteis, durante a tramitação do processo, a exemplo da realização de provas desnecessárias ou a repetição de atos processuais dispensáveis, apenas em razão de não ter seguido, o ato já praticado, o modelo legal, apesar não ter causado, a realização do ato em desconformidade com a lei, prejuízo algum às partes no processo.

**Outrossim**, o princípio da cooperação já implícito no sistema processual brasileiro, tem seu alicerce no devido processo legal, e, atualmente tem redação implementada pelo Novo Código de Processo Civil, através do art. 6º que aduz:

*“Art. 6º: Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão **de mérito justa e efetiva.**” (grifo nosso)*

Esse princípio busca legitimar o procedimento, tendo em vista que os atos processuais não serão apenas ritualística formal e legal, devendo portando ser analisado **à luz dos objetivos a serem alcançados.**

Assim é preciso reconhecer que, muitas vezes, o fim é alcançado, embora não observada a forma destinada a garanti-lo. O princípio da instrumentalidade/cooperação busca dar reconhecimento a esses atos processuais, uma vez que o que realmente importa é o fim, sendo a forma mero meio para atingi-lo.

Diante disso percebe-se que a sentença do juízo *a quo* que EXTINGUIU o processo, além de injusta não observou os princípios basilares da processualística cível, tendo em vista que o processo encontrava-se maduro, e composto por provas indispensáveis para ver o seu regular prosseguimento, e apenas a intimação da



promovida poderia ter sanado a falta do numero do sinistro, assim como a juntada de todo o procedimento administrativo.

### III. DOS PEDIDOS

**PELO EXPOSTO**, não sendo reconsiderada a decisão pelo juiz de primeiro grau para retornar o processo a fase instrutória, requer a Vossas Excelências, queiram por bem conhecer do recurso, para, no mérito, lhe dar provimento, anulando a sentença de primeiro grau (*id 17426846*), para que retorne **os autos a sua fase de instrução**, e, após a devida produção de provas, seja a seguradora condenada ao pagamento da indenização na proporção do dano sofrido.

Termos em que, Pede Deferimento.

Pombal, PB, 03 de Julho de 2019.

Dr. *Jaques Ramos Wanderley*  
- OAB/PB 11.984 -

Dr.<sup>a</sup> *Mayara Queiroga Wanderley*  
- OAB/PB 18.791-

Dr.<sup>a</sup> *Patrícia Rebeca Souza Freitas*  
OAB/PB 24.064





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de São Bento**

Rua Álvaro Silva, S/N, Centro, SÃO BENTO - PB - CEP: 58865-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800298-51.2017.8.15.1171**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0800298-51.2017.8.15.1171** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

SÃO BENTO, 29 de janeiro de 2020.

ILADELVANIA GARCIA FILGUEIRAS  
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**ESTADO DA PARAÍBA**

---

**Vara Única de São Bento**

Rua Álvaro Silva, S/N, Centro, SÃO BENTO - PB - CEP: 58865-000

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0800298-51.2017.8.15.1171**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FLAVIO ALEXANDRE DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0800298-51.2017.8.15.1171** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

SÃO BENTO, 29 de janeiro de 2020.

ILADELVANIA GARCIA FILGUEIRAS  
Técnico Judiciário

